

Comunicado de Imprensa

SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS DESTACA PARCERIA ENTRE ANGOLA E A UNIÃO EUROPEIA PARA SISTEMAS SOLARES CASEIROS

Decorreu no dia 13 de Dezembro, em Luanda um Seminário de Boas Práticas realizado no âmbito do “Acordo de Implementação de uma Ação” assinado entre o Ministério de Energia e Águas de Angola (MINEA), a Associação Lusófona de Energias Renováveis (ALER) e a Facilidade de Diálogo EU-Angola. A ação conjunta do MINEA e da ALER - INTERCÂMBIO PARA ANÁLISE DO POTENCIAL DE UM PROGRAMA DE SISTEMAS SOLARES CASEIROS EM ANGOLA - visa promover a troca de experiências com Moçambique nesta temática.

Esta ação tem como objetivo realizar um diagnóstico sobre os desafios e barreiras à eletrificação fora-da-rede no contexto angolano, estabelecendo um conjunto de recomendações que permitam reforçar a cooperação entre Angola e a União Europeia, no âmbito da expansão do Acesso à Energia Elétrica. A implementação de um Programa de Sistemas Solares Domésticos, direcionado a áreas rurais e periurbanas fora da atual rede de distribuição de energia, e que procurará fortalecer a cadeia de valor e de distribuição de mercados de energia fora-da-rede.

O Seminário realizado no Hotel Alvalade em Luanda permitiu reunir membros do Ministério da Energia e Águas de Angola (MINEA), do Instituto Regulador dos Serviços de Eletricidade e do Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais de Angola, da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, entidade gestora do FASER: Fundo de Acesso Sustentável a Energias Renováveis de Moçambique, da autoridade Reguladora de Energia em Moçambique, da Associação Angola de Energias Renováveis (ASAER) e de diversas entidades angolanas e moçambicanas.

Durante a sessão de abertura, o Diretor Nacional de Energia Elétrica do Ministério de Energia e Águas de Angola, Diógenes Diogo, destacou a importância do acesso universal à energia limpa e acessível, afirmando que é um dos objetivos prioritários do Governo de Angola. O Diretor Nacional sublinhou o compromisso do governo em alterar a matriz energética do país, privilegiando as fontes de energias renováveis, com a construção de aproveitamentos hidroelétricos e de parques solares fotovoltaicos que fazem com que mais 65% dos atuais 6.400 MW de energia produzida no país sejam de origem renovável.

O Diretor Nacional destacou ainda a publicação do Decreto Executivo nº 78/23, que aprovou as Diretrizes Gerais para a elaboração do Plano de Eletrificação Rural, e que tem como objetivo “levar eletricidade a áreas recônditas do País que ainda não têm acesso à rede elétrica e que não deverão estar ligadas à rede nacional dentro de 10 anos”, e aponta como solução a utilização de sistemas isolados (mini redes) ou *kits* solares. Eis o quão oportuno se revelou este projeto, pois permitiu ter contacto com um caso de sucesso na instalação de Sistemas Solares Domésticos (SSD), num país irmão, com muitas características geográficas, históricas e sociais, similares, e onde políticas bem sucedidas de mobilização do sector privado para a sua participação nos objetivos gerais do governo,

Proponentes da Acção

Projecto Implementado por

levou a resultados significativos, com centenas de milhar de SSD instalados por todo o território, o que é prova inequívoca que a solução tecnológica funciona, e que a população a aceita, estando disposta a pagar por ela.

O Seminário de Boas Práticas contou com apresentações sobre a experiência bem-sucedida de Moçambique no uso de Sistemas Solares Domésticos, a Estratégia Governamental de Angola para o setor energético, o enquadramento regulatório, o papel do setor privado e concluiu com uma sessão de apresentação de resultados e conclusões desta Ação, bem como recomendações futuras.

Serafim Silveira, Diretor de Energias Renováveis e Eletrificação Rural do MINEA encerrou o seminário ressaltando “a pertinência desta Ação do Caminho Conjunto Angola-União Europeia para contribuir para o estímulo ao desenvolvimento de um Programa de Sistemas Solares Caseiros, focado em áreas rurais que se encontram fora da atual rede de distribuição de eletricidade, contribuindo para os esforços do Governo de Angola em proporcionar o acesso universal à energia, promovendo a participação do setor privado. Estes esforços, juntamente com um quadro de políticas obrigatoriamente favoráveis e investimentos substanciais, podem também reduzir drasticamente os preços da energia solar em Angola, levando à projeção de que a energia fotovoltaica será uma das novas fontes de energia mais baratas até 2030”.

Esta Ação representa assim um marco significativo no esforço conjunto para promover o acesso à energia sustentável fora da rede e reforçar a cooperação entre Angola e a União Europeia. O compromisso demonstrado neste evento sinaliza passos concretos em direção a um futuro mais sustentável e energeticamente inclusivo para todos os angolanos.

ALER

A ALER é uma associação sem fins lucrativos que tem como missão garantir uma transição energética justa e inclusiva nos países africanos lusófonos, onde as energias renováveis desempenham um papel crítico para assegurar o acesso universal à energia. A ALER age como interlocutora junto de instituições governamentais, fazendo a ponte entre o sector público e o sector privado, para criação de um enquadramento regulatório favorável. A Associação pretende igualmente criar uma plataforma para troca de informação e geração de consensos entre todos os stakeholders, afirmando-se como a voz comum para facilitar negócios e potenciar os benefícios das energias renováveis. A ALER tem como países de atuação os mercados nacionais de energias renováveis de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

MINEA

O Ministério da Energia e Águas (MINEA) é um departamento ministerial do Governo de Angola, auxiliar do Presidente da República, que tem por objeto propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo nos domínios da energia e águas

Proponentes da Acção

Projecto Implementado por